

TESTOLOGIA (CIÊNCIA DOS TESTES)

ALGUMAS LINHAS DE INTERESSE

1. HISTÓRICO

Foi tal o incremento da técnica ou método dos testes desde o seu aparecimento, reportando-nos à sua primitiva significação com a data de 1890 (*mental tests*), unida ao nome de James McKeen Cattell, que se torna difícil historiar-lo. Numa visão amplamente crítica e liberta de pormenores, é habitual considerar o núcleo de dez provas por ele estruturadas, e a que anualmente submetia os alunos universitários, com um título falsamente significativo, pois tratava-se apenas de exercícios neuromusculares, neuromotores e sensorio-motores. Assim foram vistos por A. Binet e V. Henri na crítica que lhe dirigiram no «Année Psychologique», em 1895, no artigo intitulado *La psychologie individuelle*.

A escala métrica de inteligência de A. Binet e T. Simon, cuja primeira edição data de 1905, e a definitiva de 1911, apesar dos seus graves defeitos de construção, quer nos aspectos intrínsecos (recordemos, a título de exemplo, o abusivo recurso a temas reportando-se a acidentes: item 3. *Crítica de frases absurdas*, através de curtas histórias, no nível dos X anos), ponto este a que os psicólogos, no nosso parecer, não têm prestado a devida atenção, quer nos extrínsecos, como sejam os défcies concernentes à falta de homogeneidade, à aferição e à estandarização, habitualmente citados. Todavia, esta escala revelou-se espectacularmente operante no que concerne aos fins a que se destinava, já sobejamente conhecidos, de despistagem das crianças atrasadas das escolas municipais de Paris, correspondendo a um apelo feito pelo Ministro da Instrução Pública, Chaumié, que em 1904 tinha nomeado uma comissão para o estudo das crianças em causa.

Esta atitude traduzia, por conseguinte, uma resposta a uma necessidade pragmática, insista numa determinada etapa de desenvolvimento científico, pedagógico e psicossocial, interrelacionada com a fase evolutiva das investigações de Pinel (1789) e Esquirol (1818) que permitiu a distinção entre *idiotas e dementes*, e, por consequência, os célebres trabalhos de Séguin. A ele se deve não só a criação, mas o ter dirigido a que foi, efectivamente, a primeira escola para atrasados que funcionou, de início, no Hospício dos Incuráveis, depois no Hospital de Bicêtre. É também da sua autoria, em colaboração com Esquirol, a notabilíssima obra: *Traitement moral, hygienique et éducatif des idiots et aures dégénérés*, publicada em 1846, e considerada pioneira nesta matéria, tanto na Europa como nos E.U.A. (1). Pode afirmar-se, pois, que com o Dr. Séguin se inaugurara uma nova fase de reabilitação da criança diminuída, ficando-se-lhe a dever o ter posto em relevo o papel da educação muscular e dos exercícios sensoriais. Não só as suas concepções teóricas, mas o próprio material técnico serviram de ponto de arranque a Maria Montessori. Também o interesse prático e o significado epistemológico das actividades de realização e de pesquisa daquela pedagoga, sobre os menores *frenasténici* (oligofrénicos), a cuja instrução se começara a dedicar desde 1898-1900, imprimiram todo um sentido à criação duma pedagogia activa especial: prudentemente *pedagógica* e não *médica*, conforme explanou acerca do conceito de *educação moral*, no Congresso de Turim de 1898 (2). Transpondo, em seguida, os métodos aplicados às crianças diminuídas para o plano duma pedagogia dirigida às normais, fundava em Roma a primeira *Casa dei bambini*, em 1906, em data que coincidia, portanto, com o estabelecimento das primeiras classes para atrasados, em Lião. Estas surgiram com avanço sobre o projecto-lei, que se

(1) Al Séguin publicou, passados 20 anos, uma reedição daquele método enriquecido pelas novas experiências, sobre o trabalho de Paris, que denominara *método de educação fisiológica*. Emigrado para os E.U.A., deu à estampa a 1.ª edição em inglês, em 1866, que veio a ser reeditada: *Idiocy: its treatment by the physiological method*. N.Y., Teach. Coll., Columbia University, 1907.

(2) Cf. *La scoperta del bambino*, 4.ª ed. Milano, Garzanti, 1953, p. 23.

encontrava em estudo, e sob a responsabilidade do município lide-rado por E. Herriot. No ano imediato, 1907, outras cinco classes eram fundadas na região de Paris-Seine, e duas em Bordéus (1).

Por seu turno, e seguindo outra linha de acção, as investi-gações biológicas de Galton (1884) e as psicofisiológicas de Wundt (1878), trariam, através dos procedimentos experimentais e matemáticos, uma larga margem de concurso à corrente psico-métrica; enquanto Freud, fundando a psicanálise, daria ensejo à estruturação das bases dos métodos de exploração da personali-dade: recorde-se, a este propósito, o teste das associações de palavras, de Jung, aparecido em 1904.

Ainda no que concerne ao recurso à *associação livre* funcio-nando como processo de investigação da personalidade, em estudos patológicos, têm sido apontados os nomes de Kraepelin (2) e de Sommer (3), como seus precursores, ao tentarem elaborar diagnós-ticos diferenciais, ainda na última década do século passado; o domínio patológico interessou do mesmo modo Ferrari que, na Itália — tal como o destacou Maria Montessori —, se dedicou, com os seus discípulos, aos testes psiquiátricos. Pretendendo apenas fixar a nossa atenção nas áreas da clínica e da pedagogia, acrescentaremos o nome de Rice nos E.U.A., como pioneiro dos testes de escrita (1896) e da pedagogia experimental, e o de Ebbin-ghaus na Alemanha, que aplicou, também, às crianças das esco-las, testes de cálculo aritmético, memória e complemento de frases. Enquanto tomavam curso estas investigações, começavam a florescer na América e na Europa, dentro da linha da *escola activa*, *Arbeitschule* (Kerchensteiner), uma larga cadeia de ins-tituições de ensino pré-primário, primário e secundário, de cujos parâmetros educacionais foram arautos Dewey, Kilpatrick, Park-hurst, Washburne, Claparède, Decroly, Ferrière e M. Montessori, entre outros.

(1) Já em 1901 Decroly criara, na Bélgica, uma escola especial para anormais.

(2) *Der psychologische Versuch in der Psychiatrie*, «Psychol. Arbeit», 1891, 1, p. 1-91.

(3) *Diagnostik der Geisteskrankheiten für praktische Ärzte und Studen-vente*. Wien-Leipzig, Urban und Schwarzenberg, 1894.

E foi tão significativo o elo que se firmava entre as técnicas, métodos e modelos de aprendizagens e a incipiente testologia, que os materiais usados nas classes novas transitavam e assumiam o papel de variados itens em conhecidas escalas de *performances*: sublinhamos, a título de exemplo, a placa de encaixes de Séguin (*Séguin form-board*), inserida nas escalas de Pintner-Paterson, de Grace-Arthur e de Merrill-Palmer. Também nesta última figuram os *Decroly matching games*, extraídos dos *Decroly educative games*; enquanto os *nest of cubes*, *buttons and buttonholes*, e a *little pink tower built up* vão buscar o seu sucesso à escola montessoriana.

2. OS TESTES EM NEUROPSQUIQUIATRIA INFANTIL

Passamos a abordar outro ponto que concerne à pertinência do emprego dum vasto leque de técnicas de observação psicológica, do qual não podem ficar ausentes os testes de diferentes contexturas e finalidades. Estes terão que responder não só às necessidades dum serviço clínico, dentro duma rotina de psicologia geral e especializada, mas também a uma considerável variabilidade de fenómenos traduzidos por distúrbios nas aprendizagens escolares, portanto, às implicações duma pedagogia também geral e especial, numa via preventiva e curativa.

Vamos aclarar estas afirmações utilizando duas amostras tiradas ao acaso dos ficheiros do C.S.M.I.C. (1). Os utentes recorrem às consultas obedecendo, mormente, a três atitudes: despiastagem e tratamento; exames neuropsiquiátrico e psicológico com o intuito de colocação dos menores em instituições de internamento (2); insucesso escolar, que exige uma averiguação de causas, uma avaliação de nível intelectual, de aptidões e de rendimento, e uma orientação ou aconselhamento. Nesta sequência

(1) Centro de Saúde Mental Infantil de Coimbra, ainda dependente do I.A.P.

(2) São várias as motivações, das quais destacamos as mais comuns: atrasos evolutivos, diminuições físicas e sensoriais, insucesso escolar, dissocialização familiar, grandes carências económicas.

expositiva ofereceu-se o momento de concretizar os casos, a propósito dos quais se elaboraram apenas algumas rubricas relativas a diagnósticos diferenciais que têm que obedecer, em princípio, a normas bem discriminativas e operacionais, tendo em conta as valências mais acentuadas, porquanto, apresentam-se em via de regra bastante complexos e com sintomatologias intercaladas em múltiplos quadros. Analisemos, então, os casos avaliados, cujas I.C. se situam entre 2A;6m e 14A., como mínima e máxima.

	Rapazes (160)		Raparigas (70)	
	n.º casos	%	n.º casos	%
Orientação escolar	77	48,1	36	51,4
debilidade acentuada	27	16,9	11	15,7
internamento	24	15,0	6	8,6
dislexia-disortografia	23.	13,8	11	15,7
surdo-mudez	20	12,5	10	14,3
logopatas	15	9,4	4	5,7
epilepsia	14	8,8	7	10
mongoloidismo	5	3,1	4	5,7
delinquência	4	2,5	—	—
perturbações da personalidade	3	1,9	—	—
cegueira	3	1,9	1	1,4

Os quantitativos que se acabaram de anotar põem principalmente em evidência, em ambos os sexos, uma escolaridade significativamente perturbada, que urge tentar remediar. Por sua vez, também os quadros respeitantes à debilidade acentuada exigem um largo espectro de atitudes de carácter técnico e de medidas de emergência, muitas vezes a curto prazo, dadas as implicações relativas à viabilidade de manutenção dos pacientes no contexto do agregado familiar, e ao equacionamento dos parâmetros visando uma hipotética recuperação. Esta não se apresenta, em geral, tão pessimista nos casos que concernem aos internamentos para reabilitação pedagógico-social da surdo-mudez, que também figura neste elenco em percentagem muito elevada. Por seu turno, a problemática da epilepsia, tendo embora ao seu alcance meios terapêuticos e de suporte, dentro duma linha de integração comunitária, tanto quanto possível normal, não deixam

de ser delicados e de preconizarem medidas no domínio da escolaridade e, portanto, não podem escapar às directrizes duma psicopedagogia bem esclarecida.

Também os portadores de logopatias e de dislexia-disortografia, que procuram a consulta em número sempre crescente, merecem um estudo atento no sentido de se averiguarem as suas etiologias, em regra muito variadas e variáveis. Finalmente, os três casos do sexo masculino, que figuram sob o indicativo de *perturbações da personalidade* a fim de os destacar dos rotulados de *délinquência* (peritação a pedido dos Tribunais de Menores), referem-se a pré-adolescentes que, a despeito dum rendimento escolar normal, exibiam comportamentos geradores de indisciplina e de situação conflitual a nível de estabelecimento escolar e de microcomunidade.

Partindo, portanto, de casos concretos, verifica-se que no âmbito da neuropsiquiatria da infância, no país que hoje somos, a despeito da enorme lacuna não só em quantidade, mas em qualidade, de profissionais da psicologia, a sua colaboração é absolutamente pertinente no exercício daquela. Torna-se ostensivamente claro que o diagnóstico não se poderá limitar aos componentes orgânicos e à terapêutica medicamentosa, tendo que seguir de mãos dadas com uma atitude terapêutica e reabilitadora, que, forçosamente, entroncará na pedagogia e na psicologia. Estas, por sua vez, terão ao seu alcance diversos instrumentos, mas os testes constituirão sempre (quer sejam de nível intelectual, de aptidões especiais, de rendimento, de funções, de maturidade, de personalidade, etc.) o núcleo forte e mais eficiente duma observação estruturada ou armada. Referindo-nos à carência de meios humanos, não poderão ficar omissos os técnicos de outras categorias, tais como os logoterapeutas e os terapeutas da dislexia-disortografia e discalculia, que tão relevante papel seriam actualmente chamados a assumir. Constatando-se um surto cada vez mais volumoso nos distúrbios das aprendizagens escolares, relativos à problemática da linguagem verbal e da interpretação e assímição dos códigos gráficos da leitura e da escrita, bem como na aprendizagem dos mecanismos do cálculo, outras estratégias de fundo deveriam ser equacionadas. Além dum trabalho de equipa que teria a seu cargo uma vasta acção comunitária de

carácter preventivo e recuperativo no que concerne à saúde mental das populações, e à sua promoção pedagógica, importaria ainda rever, com urgência, toda a problemática relativa à já excessivamente longa ausência duma escolaridade pré-primária instituída. Por outro lado, o próprio magistério primário, claudicante e enfermo, vítima das mais heterogêneas e arbitrarias medidas reformativas, merecia ser totalmente repensado à luz das variáveis duma época nova, assentando no conhecimento científico e objectivo da criança, da família e da sociedade portuguesas, a fim de que o absentismo, a indisciplina, a instabilidade da atenção, o desinteresse, a inibição, aliadas a outros distúrbios já relatados, não persistam em enfatizar os clichés negativos duma escolaridade perturbada.

Por tantos motivos reputamos absolutamente contestável a supressão da testologia dos programas oficiais do ensino secundário, médio e superior (1).

3. AS COMISSÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE TESTES

Porque o que agora encetamos continua a ser um ponto escaldante, e nunca suficientemente esgotado, socorremo-nos das expressões de A. Anastasi para o introduzir: «Segundo o primeiro e mais fundamental princípio, a venda e a distribuição de testes

(1) É já remota a querela que data de 1936, em que a U.R.S.S. aboliu a prática dos testes com o pretexto de ser elitista e repressiva, favorecendo as classes burguesas em detrimento das trabalhadoras. Durante o XXI Congresso I. de Psicologia (Paris, 18-25 de Julho de 1976), obtivemos a informação directa, através do Dr. S. Tsohladze da Universidade de Tbilissi (Geórgia), que o instituto científico de Berthiev, de Leninegrado, conta no seu activo equipas de especialistas que se ocupam, actualmente, da aferição nas populações russas de vários testes e escalas, entre os quais se contam a WISC, WAIS e PI(?). Aplicam ainda o Rorschach, TAT, e o questionário de attitudes *First set*. As técnicas de grupo também não são desprezadas, afigura-se igualmente, que testes de proveniência americana e ocidental são usados na Checoslováquia, Hungria, Roménia e Jugoslávia: citamos, a título de exemplo, a WISC, WAIS, Nebraska, Columbia, matrizes de Raven, e baterias de Zazzo e de Borelli-Oléon.

deven ser limitados aos aplicadores habilitados».... «Da mesma forma, os resultados de testes só devem ser dados por pessoas habilitadas para a sua interpretação» (1).

Reiterando estes postulados da boa técnica e prática dos testes, pareceu-nos que seria oportuna por concordante com esta linha de pensamento, a divulgação das *Recomendações da Associação Internacional de Psicologia Aplicada* (AIPA), após o XVIII Congresso, em Liège, em 1971 (2). Começando por expôr a sua finalidade, isto é, a de promover não só o emprego judicioso dos testes psicológicos como «proteger o público das consequências nefastas no plano das pessoas e da sociedade, da aplicação de testes sem valor, da utilização de testes por pessoas incompetentes, ou do emprego abusivo de processos psicodiagnósticos», ela, Associação, deseja prevenir a depreciação de instrumentos socialmente indispensáveis e cuja elaboração é difícil e custosa.

Por este motivo foi recomendada a criação em cada país (ou tendo em conta divisões territoriais mais específicas) duma Comissão dos Testes eleita pela Associação dos Psicólogos desse país ou dessa região.

A Comissão procura, ainda, atingir os seguintes objectivos por meio de acordos voluntários e de relações públicas: — desenvolver a criação de testes psicológicos e promover a sua qualidade; — prevenir a sua utilização abusiva e informar, sobre este assunto, as associações de psicólogos; — coordenar as medidas tomadas numa região com as de outros países ou regiões a fim de fomentar a aplicação dos testes e de proteger o público.

A 3.^a rubrica diz respeito à promoção dos testes psicológicos e da sua qualidade. Logo, a Comissão dos Testes:

a) formula as directrizes para a construção dos testes e a comparação de manuais, seguindo, na medida do possível, os padrões internacionais;

b) faz comparar a estes padrões os testes existentes no mercado e publicar os artigos críticos para a informação dos psicólogos.

(1) Cf. *Testes psicológicos*, trad. de Dante Moreira Leite. São Paulo, Herder, 1967, p. 52.

(2) Vamos seguir de perto o texto de *Les tests en question. Un dossier de la Commission Française des Tests*. Paris, Sept. 1975, p. 5 e ss.

c) visa promover uma utilização válida dos testes, o que implica, como condição prévia, o desenvolvimento da pesquisa e a vigilância da formação;

d) põe em relevo as lacunas no leque dos testes existentes e encoraja ou sugere a criação de novos testes;

e) procura outros modos de aperfeiçoar os métodos psicológicos e de desenvolver a sua utilização.

A 4.^a rubrica ventila a *Prevenção da utilização abusiva dos testes*, e, visando proteger o público, propõe aos autores, editores e aplicadores, uma regulamentação da qual destacamos, por parâmetros:

Autores: estes deveriam limitar a distribuição dos seus testes às pessoas habilitadas a utilizá-los, pela sua formação e pelo respeito à metodologia e deontologia profissionais. O contrato entre o autor e o editor (ou distribuidor) do teste deveria especificar estas limitações.

Editores (ou distribuidores): que a venda de testes mal controlados e uma distribuição não controlada põe em perigo o público e depreciam os próprios objectos do seu comércio. Por consequência, os testes devem ser vendidos directamente aos aplicadores qualificados (ou unicamente aos intermediários designados por eles nas encomendas). A Comissão de Testes especificará, no caso de o autor o não ter feito, a que categorias de aplicadores qualificados deve ser reservado cada teste. A Comissão definiu critérios de competência para determinar quem são os aplicadores qualificados, podendo ainda fornecer aos editores uma informação sobre a qualidade dos testes que lhe são propostos.

Aplicadores: que, comprando o teste se comprometam, implicitamente, a aplicá-lo conforme as directrizes e o espírito do seu autor (excepto para fins de pesquisa). Devem respeitar os direitos de autor e não reproduzir, traduzir, adaptar ou modificar um teste sem a permissão do autor e do editor, mesmo para fins de investigação. As pessoas, cuja formação é incompleta, não podem receber e utilizar testes senão através dum intermediário e sob a vigilância dum especialista. A Comissão de Testes poderá conceder, a pedido, às pessoas que provem a sua competência e que aceitem a deontologia de aplicação dos testes, autorizações de compra internacionais. A Comissão de Testes

participar, também, na elaboração do código de deontologia no que concerne ao seu emprego.

Proseguindo no desenvolvimento desta temática, versa-se, em seguida, a *Coordenação internacional ou regional*, na qual não nos vamos deter, no propósito de fixarmos, apenas, alguns passos que reputamos de especial interesse e que se reportam ao *Relatório sobre a aplicação das recomendações de Liège de 1971 a 1974* (1). Dele destacamos o título referente ao *Estatado de avanço da criação das Comissões Nacionais*, em que se trata dos trabalhos referentes àquelas, em 13 países, a saber: Bélgica, Espanha, França, Grã-Bretanha, Hungria, Irão, República Federal da Alemanha, Países Baixos, Roménia, Suécia, Suíça, Checoslováquia e E.U.A. São também anunciados contactos com a Comissão de Psicodiagnóstico da República Democrática Alemã e com a Comissão de Testes do Zaire; enquanto no Japão a Associação de Psicologia Aplicada fazia tentativas no sentido de estabelecer acordos entre as organizações de psicólogos do país para a criação da comissão nacional. Idênticas medidas se tomaram quanto à Austrália e ao Canadá-Québec, falando-se nas comissões em estudo na África Ocidental, Áustria, Brasil, Canadá Inglês, Colômbia, Índia, Itália, México, Portugal e São Marinho.

Apresentado o programa de trabalho das comissões nacionais, em virtude de serem diversas as situações em cada país, na Suíça pôs-se o acento sobre o controlo da distribuição dos testes; no Irão, Roménia e E.U.A., salientou-se a preocupação com as regras a seguir na sua construção e emprego; à Hungria, Checoslováquia e Suécia, pronunciaram-se sobre o apoio à investigação e desenvolvimento de novos testes; finalmente, a França, Países Baixos e Espanha, centraram-se na informação dos psicólogos e do público. Por sua vez, as actividades das comissões mais antigas, tais como as dos Países Baixos, Inglaterra e E.U.A. ilustraram, cabalmente, os serviços que podem prestar à profissão estes novos grupos de trabalho.

(1) Continuamos a seguir de perto o texto de *Les tests en question*, p. 28 e ss.

Debatidos estes temas em termos que seria exaustivo reproduzir, mencionaremos somente a proposta do Irão no sentido de coordenar os esforços a fim de estabelecer um código de deontologia que difundisse as regras relativas à construção e valorização dos testes, abrindo a perspectiva de troca de informações sobre trabalhos e pesquisas efectuadas ou em projecto. Adiantou-se, ainda, a importância que teria uma publicação regular como o instrumento mais adequado a tais intercâmbios.

Verificou-se, também, que tanto os psicólogos provenientes dos Países de Leste como os de Oeste, aceitaram colaborar e trocar impressões sobre as suas experiências com os psicólogos dos países em vias de desenvolvimento. Estes debates permitiriam, a título de exemplo, detectar o uso desvirtuado de testes e tentar remediá-lo: tais propostas provieram do Canadá-Québec, Colômbia, Países-Baixos e Suíça. Esta preocupou-se, igualmente, em estabelecer acordos com os editores mais importantes, para que melhorassem a sua política de distribuição; e a República Federal Alemã, de edição. Colóquios e encontros mensais tiveram lugar, entre outros países, na França, Espanha e Japão, visando não só discutir o papel dos testes na prática psicológica como repensar a sua acção.

A encerrar este pormenorizado repositório de factos, um registo concernente à protecção legal surge como consequência lógica do seu desenvolvimento: tudo o que já foi realizado em vários países tem provado que é possível fazer muito para melhorar as práticas da psicologia aplicada, mesmo na ausência de dispositivos jurídicos suficientes, que os interessados se esforçarão por alcançar.

Resta-nos formular uma pergunta: dado que Portugal foi incluído nas discussões e exortado a criar a sua Comissão Nacional, para quando se está a protelar o seu arranque, em matéria de tão crucial importância, e porquê?

AURÁ MONTENEGRO

Professora Auxiliar da Universidade de Coimbra
Técnica dos Serviços de Psicologia do C.S.M.I.C.